

O FARMACÊUTICO COMO AGENTE-CHAVE NA GESTÃO DO CUIDADO EM HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS

Farmacêuticos/as vem conquistando cada vez mais espaço nas ações de prevenção e cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS), exercendo impacto direto na qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV e aids (PVHA) e hepatites virais e na diminuição de novas infecções.

Presentes também na esfera da gestão, têm exercido papel fundamental, por exemplo, na condução estadual da política de HIV/AIDS, coordenação de laboratórios de carga viral e CD4, coordenação estadual da logística de medicamentos e suprimentos e na gestão da logística de medicamentos para hepatites virais no âmbito estadual.

Desta forma, em comemoração ao Dia do/a Farmacêutico/a, em 20 de janeiro, e reconhecendo a relevância deste profissional no âmbito do cuidado a estas infecções, conversamos com as farmacêuticas Juliana Rebello, Melissa Silva de Oliveira, Lorena de Souza Pereira e o farmacêutico Luiz Claudio Pereira Ribeiro para entender mais profundamente as contribuições da profissão para a área e as dificuldades enfrentadas por estes profissionais.

Juliana Rebello

Mestre em Saúde Coletiva

Farmacêutica com
habilitação em Análises
Clínicas

Gerente de IST/AIDS SES–RJ



InfolST: Como você enxerga a atuação do farmacêutico como agente-chave no cuidado ao HIV?

Juliana: A política de enfrentamento ao HIV/Aids no Brasil, inclui diretrizes e estratégias para reduzir essas doenças e infecções. O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis reconhece desde o início dessa política a importância estratégica da atuação do farmacêutico não somente na dispensação de antirretrovirais (ARV) como no diagnóstico do HIV, na área de laboratório, contribuindo para a realização dos exames complementares, na área de logística, realizando a gestão logística dos insumos e mais recentemente como profissional prescritor com a prescrição das tecnologias de PrEP e PEP e o Tratamento Preventivo da Tuberculose.

Considerando a ampla gama de atividades desempenhadas pelo profissional farmacêutico em diversas etapas do cuidado das pessoas vivendo com HIV podemos afirmar que **este profissional contribui para a construção de uma aliança**

estratégica entre as equipes de saúde e os usuários, objetivando, com isso, promover a melhora da qualidade de vida e fortalecer o impacto favorável, do acesso universal ao tratamento antirretroviral nos indicadores de morbidade e mortalidade, que caracterizam a reconhecida resposta brasileira à epidemia.

O papel do farmacêutico na gestão do cuidado das pessoas vivendo com HIV foi impulsionado pela utilização do Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM).

A atenção farmacêutica compreende as atividades do farmacêutico no cuidado do paciente ou do usuário do medicamento. Esse modelo de prática compreende atitudes, valores éticos, comportamentos, habilidades, compromissos e responsabilidades na prevenção de doenças, na promoção e na recuperação da saúde, de forma integrada à equipe de saúde. **A interação direta do farmacêutico com o usuário visa à farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis.**

Importante destacar que, nessa prática, devem estar envolvidas as concepções dos sujeitos e suas especificidades biopsicossociais devem ser respeitadas sob a ótica da **integralidade das ações de saúde.** As pessoas vivendo com HIV, assim como todo cidadão brasileiro, têm obrigações e direitos garantidos pela Constituição Brasileira, com destaque para o direito a dignidade humana e o acesso à saúde pública.

No caso das PVHA acompanhadas nos serviços por profissional farmacêutico, a supressão ininterrupta da carga viral, mediante o uso de terapia antirretroviral adequada, com boa adesão, é indicadora do sucesso do tratamento.

Melissa Silva de Oliveira

Especialista na Gestão de Saúde

Superintendente de Logística e
Suprimentos da SES–RJ

Bacharel em Farmácia e
Bioquímica pela UFRJ

Bacharel em Direito pela UFRJ

Mestre em Saúde Coletiva pela
UERJ



InfoIST: A formação em farmácia contribuiu para a sua atuação como gestora na área de logística e suprimentos de medicamentos na SES–RJ? De que forma?

Melissa: Sem dúvida, apesar de reconhecer a relevância da experiência no desenvolvimento profissional. Quando comecei a trabalhar com logística de medicamentos, muitos anos antes de ingressar na SES/RJ, já possuía os subsídios técnicos mínimos e fui continuamente me desenvolvendo através da educação continuada e do desempenho das atividades de farmacêutica em operações de

Melissa: grande porte. A perspectiva de farmacêutica responsável técnica desenvolvida durante o trabalho em operações logísticas distintas foi fundamental na construção das competências que utilizo hoje como gestora.

Para além do conhecimento técnico específico, o curso universitário me proporcionou uma formação humanista colocando o medicamento em seu lugar de bem social ao invés de mero bem de consumo. Considero imprescindível que a percepção da relevância do medicamento como um dos insumos essenciais à promoção do Direito à Saúde seja estruturante em qualquer processo de tomada de decisão na área de suprimentos e logística.

InfoIST: Quais estratégias a SES e as secretarias municipais podem realizar para garantir que não haja perda de antirretrovirais (ARV)?

Melissa: É uma questão complexa porque revela perspectivas opostas e desafiadoras: a ruptura de estoque e as perdas de medicamentos por caducidade. À primeira vista, parece que é melhor garantir o abastecimento seguindo a proposição que faz parte do senso comum de que "é melhor sobrar do que faltar". Entretanto, no cenário de subfinanciamento crônico e marcante desigualdade existente no Sistema Único de Saúde, é preciso considerar que os recursos que financiam os programas são finitos e o excesso de estoque de um lado pode significar desabastecimento de outro.

Melissa: A existência de recursos ociosos nos estoques prejudica o fluxo interno e tende a fragilizar os controles, o que também pode provocar perdas (inclusive de itens que não estão com excesso de estoque). Não se pode deixar de contemplar a decisão de manter grandes estoques sem perspectiva de uso em curto prazo pelo prisma da responsabilização, o que traz desgastes para as equipes e a instituição.

Isso posto, uma orientação geral é utilizar o consumo histórico para realizar o abastecimento, considerando eventuais flutuações que podem ser supridas através de um estoque de segurança ajustável. Da mesma forma, é indispensável rigoroso controle de saída em todos os estoques, seja na área de armazenagem ou nos pontos de dispensação, onde deverá sair primeiro o medicamento do lote mais antigo (o de menor prazo de validade).

Em relação à SES–RJ, dados levantados para o estudo "Diagnóstico e propostas para prevenção de perdas de medicamentos – um estudo de caso sobre o estoque da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro" indicam que as perdas relacionadas ao programa DST–AIDS são mínimas. Ainda assim, para reduzir as perdas gerais do estoque, no ano de 2025 estamos programando uma atualização dos controles preventivos de perda através de ajustes específicos nos processos de trabalho.



Luiz Claudio Pereira Ribeiro



Farmacêutico Responsável pelo Laboratório de Pesquisa em Imunologia e Aids e Laboratório da Rede de Carga Viral e de CD4+ do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (HUGG-Unirio), administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Infecção HIV/Aids e Hepatites Virais (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

InfoIST: Quando o Laboratório de Carga Viral e CD4 do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle iniciou na Rede?

Luiz Claudio: O Laboratório do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (HUGG-UNIRIO/EBSERH) participa da Rede de Laboratórios de Carga Viral e de CD4+ desde a sua criação, em 1997.

InfoIST: Qual o papel do Farmacêutico em um laboratório de Biologia Molecular?

Ano II
Número 01

Luiz Claudio: O farmacêutico é o responsável técnico pelo laboratório e deve garantir que os exames sejam realizados de acordo com as normas e

procedimentos estabelecidos. O farmacêutico em um laboratório de biologia molecular realiza análises, interpreta resultados, gerencia o laboratório e é responsável técnico pelas análises.

As funções de um farmacêutico em um laboratório de biologia molecular incluem: realizar análises laboratoriais; interpretar os resultados dos exames; gerir o armazenamento, distribuição e transporte de insumos, reagentes e amostras; garantir a qualidade dos insumos, reagentes e amostras; gerenciar os resíduos e sobras; manter-se atualizado sobre novas metodologias e testes; assinar e datar os laudos realizados.

InfoIST: No início da rede, qual era o perfil de resultados das amostras que chegavam ao laboratório? Com a chegada de novos antirretrovirais, houve mudanças visíveis nesses resultados?

Luiz Claudio: No início da rede o perfil de resultados das amostras que chegavam ao laboratório era muito ruim, tendo a grande maioria das amostras analisadas carga viral elevada e CD4+ baixo, devido, provavelmente, a demora no diagnóstico, que era realizado somente quando o paciente já apresentava quadro clínico de aids, e devido ao limitado arsenal de antirretrovirais disponíveis.

Com a ampliação da testagem com o uso dos testes rápidos, o diagnóstico passou a ser realizado mais precocemente e, aliado a isso, a chegada de novos antirretrovirais e a instituição do tratamento precoce, percebemos uma nítida mudança no perfil de resultados liberados, tendo hoje cerca de 95% de amostras com carga viral indetectável.

Lorena de Souza Pereira

Farmacêutica Especialista
em Farmácia Clínica e
Hospitalar

Atua na logística de
medicamentos, na Gerência
de Hepatites Virais da SES–RJ.



InfoIST: O que é o SICLOM-HV?

Lorena: O SICLOM-HV é o Sistema de Controle Logístico de Medicamentos para o tratamento de hepatites virais, desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

Os farmacêuticos das Unidades Dispensadoras de Medicamentos (UDM) tem acesso ao sistema, que permite a realização de pedidos mensais conforme a demanda dos municípios e o registro das dispensações dos medicamentos para os pacientes, de acordo com os protocolos do Ministério da Saúde.

Na Gerência de Hepatites Virais, utilizamos o painel de ressuprimento para consolidar os pedidos das 51 UDM de gestão estadual e, em seguida, enviamos o pedido consolidado ao Ministério da Saúde para que seja feita a distribuição para as UDM.

InfoIST: Desde a implantação do SICLOM-HV, quais melhorias foram incorporadas e o que ainda precisa ser melhorado?

Lorena: O sistema passa por atualizações constantes, com o desenvolvimento de novos relatórios que auxiliam na análise de dados da Gerência de Hepatites Virais. Além disso, foram implementadas novas ferramentas para facilitar a utilização do sistema. Um exemplo disso é a funcionalidade de análise de prescrição, que permite verificar se o medicamento prescrito está de acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de Hepatites Virais, mesmo que o medicamento não esteja disponível no estoque do sistema ou na UDM.

No entanto, uma área que ainda pode ser melhorada é a instabilidade do sistema quando há muitos usuários acessando simultaneamente, geralmente no início de cada mês, quando todos os farmacêuticos estão finalizando a prestação de contas e realizando o pedido mensal.

InfoIST: Como o SICLOM-HV contribui para garantir o tratamento dos pacientes com hepatites virais?

Após o farmacêutico da UDM realizar o cadastro de pacientes portadores de hepatite B e C no sistema, ele solicita os medicamentos no pedido mensal e registra as dispensações para os pacientes. Isso aprimora a logística de distribuição, amplia a capacidade de planejamento e monitoramento das demandas. Como resultado, o processo de aquisição pelo Ministério da Saúde é otimizado, o que melhora o abastecimento dos estoques de medicamentos na gestão estadual e assim, garante o tratamento para os pacientes.

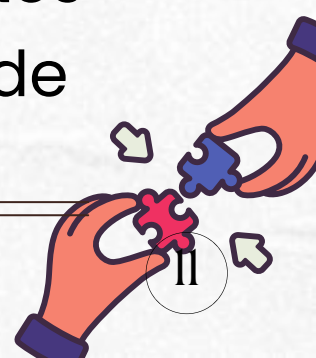
PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM FOCO: A PARCERIA ENTRE A GERÊNCIA DE IST/AIDS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM 2024

O ano de 2024 foi bastante profícuo em relação aos processos de participação das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Foram realizadas cinco reuniões que trataram de temas fundamentais, como: o incentivo de custeio às ações de vigilância, prevenção e controle das IST, HIV/aids, tuberculose e hepatites virais no Estado do Rio de Janeiro (ERJ); transmissão vertical do HIV, sífilis e hepatites virais; Plano Estadual de Saúde e Programação Estadual de Saúde (PES) 2024-2027; metas de enfrentamento ao HIV/AIDS; proposta de elaboração de Plano de Necessidades de Insumos de Prevenção para OSC; PRODOC; Comissão Estadual de Aids.



Reunião entre Gerência de IST/AIDS e OSC em 05/07/2024

No dia quatro de novembro de 2024, foi realizada a última reunião do ano de 2024, em que foram abordadas: as ações programadas para 2025 no âmbito da Programação Anual de Saúde (PAS), o suporte para as OSC e preparativos para a data 1º de Dezembro – Dia Mundial de Luta Contra a Aids. Estiveram presentes os representantes das seguintes organizações: Centro de Promoção da Saúde

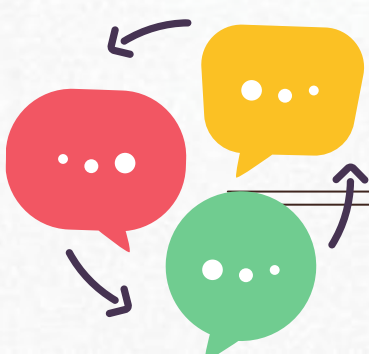


(CEDAPS), Associação de Mulheres de Edson Passos e Adjancências (AMEPA), Centro de Atenção e Atendimento à Aids (CAAIDS), Rede de Direitos Sexuais e Reprodutivos, Associação Missão Resplandecer (Amires), Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP).



Reunião entre Gerência de IST/AIDS e OSC em 04/11/2024

A Gerente de IST/AIDS da SES–RJ, Juliana Rebello, compartilhou os **resultados das iniciativas realizadas em 2024**. Ela destacou que, ao longo do ano, desenvolveu ações relacionadas às metas da PAS e de modo a contribuir para o fortalecimento da política estadual de enfrentamento à epidemia de HIV/aids. Essas ações foram estruturadas com base na capacidade de atuação e nas áreas prioritárias, como Logística, Vigilância em Saúde, Relacionamento com a Sociedade Civil, Assistência às IST, além da inclusão de temas como Monkeypox e, para o próximo ano, HTLV, a coinfecção HIV e tuberculose e a produção de documentos técnicos.



As Organizações apontaram a **difículdade dos municípios em adquirir insumos para a prevenção** (preservativos masculino, feminino, gel e outros), o que prejudica a sua distribuição comunitária. Foi discutida a ampliação do acesso aos insumos para as OSC, por meio do Plano de Necessidades. Outro ponto importante foi o esclarecimento sobre a aquisição do leite.



Reunião entre Gerência de IST/AIDS e OSC em 05/08/2024

Em relação ao **diagnóstico de HIV**, destacou-se a necessidade de qualificar os dados relacionados ao quesito raça/cor, especialmente no que diz respeito ao período de coleta, à continuidade nos levantamentos e análises em documentos institucionais. Também foi apontada a subnotificação de casos de aids no Rio de Janeiro e a necessidade de cruzamento dos dados coletados em vários sistemas para se obter uma melhor compreensão do problema.

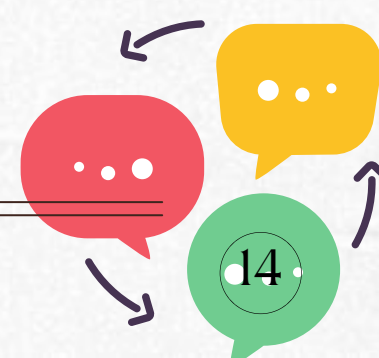
Quanto aos **objetivos e metas**, a Gerente ressaltou como diretriz para este período a organização regional das Redes de Atenção à Saúde, com objetivo de fortalecer a atenção em todos os níveis e a transversalidade da promoção e vigilância em saúde (Atenção Integral à Saúde, Vigilância e Promoção à Saúde).



Em relação às metas relativas à transmissão vertical, foi destacada a relevância da contribuição do processo de Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais para a melhoria da organização dos serviços nos municípios. Hoje o ERJ possui 8 municípios certificados ou com selos. A ampliação do número de municípios certificados foi um ponto discutido pelos participantes.

A reunião chegou a fim com uma reflexão fundamental sobre a **necessidade de ampliar e fortalecer cada vez mais a participação da sociedade civil no controle social**. As ONGs e os movimentos sociais de luta contra a Aids são atores fundamentais para a garantia dos direitos à saúde, especialmente das pessoas vivendo com HIV/Aids e outras IST, contribuindo para a implantação de uma política voltada para a prevenção, assistência e promoção da saúde na perspectiva da epidemia baseada em direitos humanos.

O compromisso da Gerência para 2025 é apresentar, na primeira reunião de 2025, uma avaliação das ações realizadas em 2024, bem como sobre a linha do cuidado em relação à coinfeção.



DUQUE DE CAXIAS-RJ FOI PALCO DE INTENSOS DEBATES E DECISÕES ESTRATÉGICAS NO ENCERRAMENTO DO 22º ENCONTRO NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AIDS (ENONG) (VIA AGÊNCIA AIDS)



Foto: Agência Aids

O evento reuniu 122 delegados de todas as regiões do país e culminou na aprovação de moções, escolha de representações e na elaboração de uma carta política que traça os rumos do movimento social de HIV/aids para os próximos dois anos.

Na plenária final da An aids, coordenada por Márcia Leão, foi definido um novo modelo organizacional, com coordenações política, executiva e de comunicação, além de um conselho nacional para descentralizar as ações. Foram aprovadas 18 moções, incluindo críticas à ausência da Ascom do Ministério da Saúde e ao "PL do Plasma", que promove a comercialização de sangue. Também foi destacada a necessidade de garantir o acesso acessível ao medicamento Lenacapavir para HIV multirresistente.

Outro tema importante foi o apagamento da história da resposta brasileira à aids, com críticas ao

encerramento do site www.aids.gov.br. Uma moção propôs transformar essa trajetória em patrimônio imaterial nacional, direcionada ao Ministério da Saúde, à Frente Parlamentar de HIV/Aids e ao Iphan.

O documento final do encontro, batizado como “Carta de Duque de Caxias”, sintetiza os debates realizados ao longo dos três dias. Dividido em seis temas — Atenção e Assistência, Direitos Humanos, Engajamento Comunitário, Financiamento, Determinantes Sociais em Saúde e Comunicação —, o texto apresenta prioridades e estratégias para os próximos dois anos.

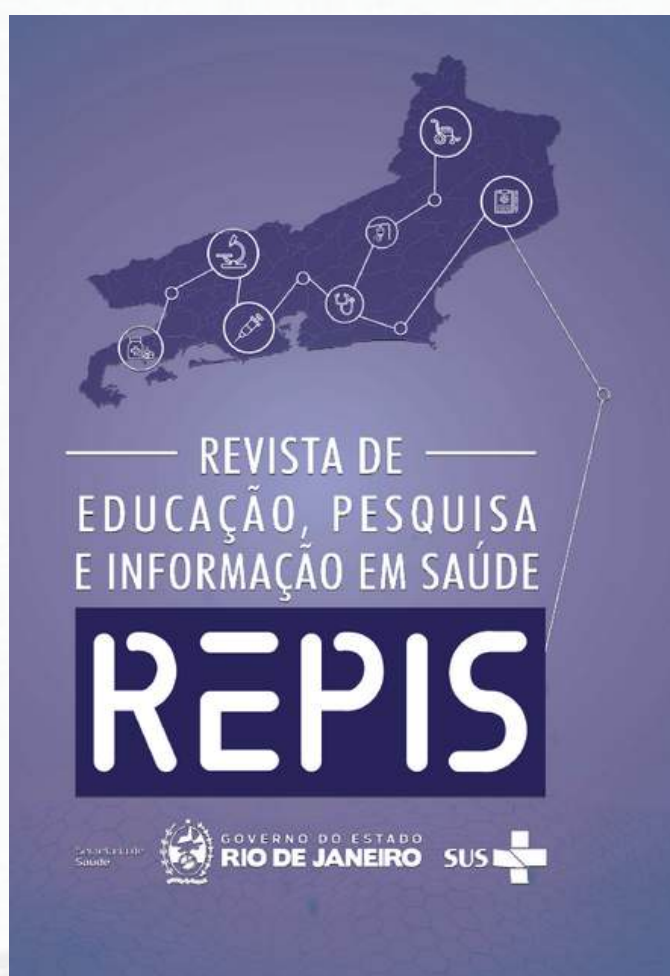


Foto: Agência Aids

Encerrando o evento, Cleide Jane Figueiró de Araújo, coordenadora do encontro, celebrou a realização do Enong na Baixada Fluminense, pela primeira vez liderado por uma organização comunitária e por uma mulher negra, periférica e vivendo com HIV. “Foi uma oportunidade para que o Brasil conhecesse de perto a realidade de onde a aids e o preconceito atuam de forma mais intensa, servindo de pano de fundo para debates que moldarão nossas ações futuras”, concluiu.

Texto: Liandro Lindner, Agência Aids ✎

VOLUME 2 DA REPIS ESTÁ NO AR!



A Revista de Educação, Pesquisa e Informação em Saúde (REPIS), produzida pela SES–RJ, lança a sua segunda edição, reafirmando o compromisso com a promoção de práticas transformadoras no sistema de saúde.

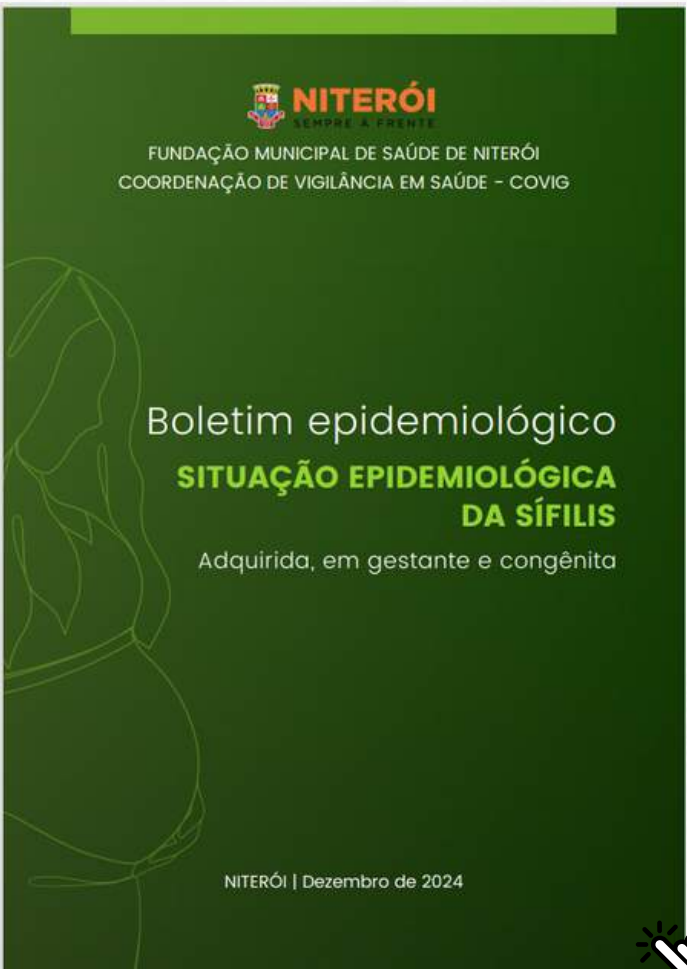
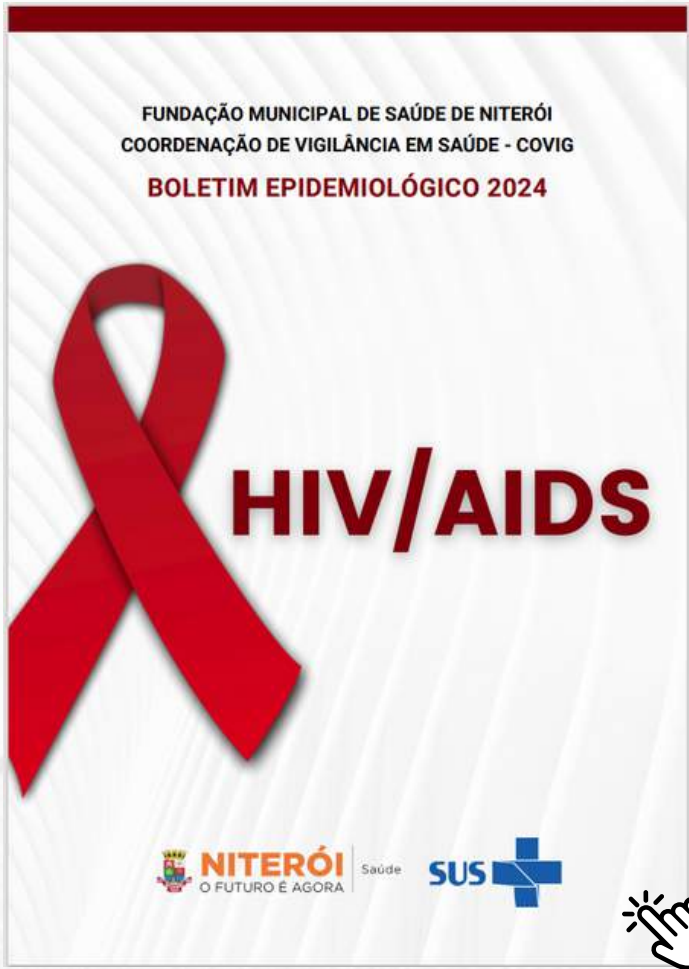
A publicação reúne seis artigos que exploram temas como acidentes ofídicos, violência obstétrica, educação permanente, acolhimento da população LGBTQIA+ nos serviços de saúde e disputas de informação sobre saúde pública em redes sociais.

A REPIS informa que o corpo editorial desta edição é formado por profissionais de diversas áreas técnicas, em colaboração com avaliadores externos de instituições de destaque na saúde pública, como a UNIRIO, a UERJ e o Hospital Infantil Ismélia da Silveira. Essa composição assegura a qualidade e a relevância dos trabalhos publicados.

Os seis artigos apresentados nesta edição revelam diferentes aspectos do mesmo objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde por meio da inovação, do conhecimento e da humanização. Ao abordar desafios e propor soluções que impactam diretamente a população e os profissionais de saúde, a REPIS reforça a convicção de que a melhoria da saúde pública está intrinsecamente ligada à geração e disseminação do conhecimento.

Clique aqui para acessar! 

PUBLICADOS OS BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS DE HIV/AIDS E SÍFILIS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI-RJ



Clique nas imagens para acessar!

Estão disponíveis os Boletins Epidemiológicos de HIV/AIDS e de Sífilis do ano de 2024 da Coordenação de Vigilância em Saúde (COVIG) de Niterói-RJ, desenvolvido pela Assessoria Técnica de IST, Aids e Hepatites Virais.

Os boletins apresentam dados e análises das epidemias durante o período de 2013 a 2023 entre residentes do município de Niterói-RJ, retratam o perfil epidemiológico do HIV/Aids e da sífilis (adquirida, congênita e em gestante) no município e analisa indicadores de saúde, com o objetivo de levar informações relevantes aos profissionais da rede de saúde e da gestão do município, enfatizando a importância do monitoramento dos casos e buscando perceber fatores relacionados que permitam definir e intensificar medidas de prevenção e cuidado.

DECISÃO JUDICIAL REFORÇA DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS

O Ministério da Saúde (MS), por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), emitiu o Ofício Circular nº 1/2025, dirigido aos coordenadores dos programas estaduais e municipais de HIV/AIDS, comunicando uma importante decisão judicial que beneficia pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA).

A decisão, originada da Ação Civil Pública nº 5034085-17.2020.4.04.7100/RS, possibilita a reativação do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para pessoas com HIV que tiveram seus benefícios suspensos durante revisões realizadas pela Portaria Interministerial MDS/MF/MP nº 127, de 2016.

Assim, o Poder Judiciário, por meio da 25ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, solicitou ao DATHI/SVSA/MS que divulgasse o texto transcrito abaixo, elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF) em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando garantir amplo conhecimento de seu conteúdo aos possíveis beneficiários:

Você sabia? Pessoas com HIV que perderam seu benefício de aposentadoria por conta de perícia médica realizada no âmbito do programa de revisão instituído pela Portaria Interministerial MDS/MF/MP 127, de 2016, e que estavam recebendo "mensalidades de recuperação" na vigência da Lei nº 13.847/19, têm direito à reativação do benefício.

Se você acredita que esse pode ser o seu caso, procure o INSS por meio de seus canais de atendimento para solicitar a reativação.

Pelo aplicativo "Meu INSS", escolha o serviço "Solicitar Emissão de Pagamento não Recebido". A seguir, no motivo da solicitação, escolha a opção "Benefício por Incapacidade Permanente, de segurado enquadrado na Lei nº 13.847, de 19/06/2019, que foi cessado por revisão da Portaria Interministerial MDSA/MF/MP nº 127/16 (ACP 5034085–17.2020.4.04.7100 RS)" e aguarde a análise do requerimento.

Além de instruir os coordenadores sobre a divulgação ampla da decisão, o Ministério reforçou a necessidade de **afixação das informações em locais visíveis nas Unidades de Dispensação de Medicamentos (UDM)**, promovendo o acesso ao direito por parte da população-alvo.

Clique aqui para ter acesso ao Ofício



ACESSO AO SISTEMA LAUDO POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A Coordenação-Geral de Vigilância do HIV/aids (CGHA) do Ministério da Saúde (MS) publicou, no dia 2 de dezembro de 2024, um ofício às Coordenações Estaduais e Municipais referente ao uso do sistema Laudo.

O documento comunica que:

- a) todo profissional de saúde envolvido no cuidado de PVHA, tais como médicos, enfermeiros, farmacêuticos, psicólogos e assistentes sociais podem acessar o sistema Laudo, utilizando o fluxo de registro já definido e acessível na página inicial do sistema;
- b) esta medida diz respeito apenas ao acesso, e não modifica as atribuições definidas pelos conselhos de cada categoria profissional, tais como a solicitação de exames e/ou prescrição de antirretrovirais.



Clique aqui para ler a nota na íntegra. 

FABRICANTE REPORTA LIMITAÇÃO TÉCNICA EM TESTE DE DIAGNÓSTICO DE HIV

A Equipe de Diagnóstico do Departamento de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DATHI) informa que a ORBITAE DIAGNÓSTICOS LTDA. e a fabricante ASSURE TECH. realizaram um comunicado aos profissionais de saúde e demais usuários do **teste de diagnóstico in vitro HIV 1 + O/2 Assure Test** sobre limitação técnica observada durante a realização de estudos clínicos complementares para avaliação de interferência no teste.

Esses estudos detectaram a possibilidade de resultados falso reagentes no teste de diagnóstico HIV 1 + O/2 Assure Test em **pacientes recentemente vacinados contra a Influenza e em gestantes.**

Para mais informações, **clique aqui para acessar o comunicado da Equipe de Diagnóstico do MS**



Dúvidas ou questões adicionais podem ser encaminhadas ao Serviço de Atendimento ao

Cliente, via telefone **0800 941 0188** e pelo e-mail **sac@orbitae.com.br**.

DISPONÍVEL RELATÓRIO TÉCNICO DO PROJETO CTA REFERENTE AO TRIÊNIO 2021-2023

O projeto CTA e o projeto Rede de Prevenção e Cuidado Integral de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, conduzido pelo Hospital Israelita Albert Einstein no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS) em colaboração com o Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DATHI), compõem um estudo transversal que identificou os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) por todo Brasil e buscou entender suas atuais vulnerabilidades.

Foram selecionados 14 CTA para passarem por uma reestruturação. O relatório apresenta os resultados desta intervenção em termos de efetividade e equidade no triênio 2021-2023.

Clique aqui para acessar o relatório com os resultados do estudo



MINISTÉRIO DA SAÚDE DIVULGA NOVA VERSÃO DO QUESTIONÁRIO QUALIAIDS

A avaliação Qualiaids baseia-se nas respostas dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) que assistem pessoas vivendo com HIV e/ou aids ao Questionário Qualiaids, metodologia de avaliação validada e já utilizada em inquéritos nacionais anteriores. Conduzida em parceria entre a Equipe de Pesquisa Qualiaids da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e o DATHI/MS, trata-se da primeira fase de um projeto de implementação da política de monitoramento e melhoria da qualidade dos serviços que assistem pessoas vivendo com HIV (Projeto MMQ – Qualiaids) conduzido por meio dessa parceria.

Em sua versão atual, o Questionário Qualiaids apresenta 77 questões, abrangendo: características dos serviços; indicadores de acesso e prontidão, cuidado médico, cuidado multiprofissional, comunicação com usuários(as), população, rede de saúde, sociedade civil e público geral; gerência e monitoramento da qualidade da assistência prestada.



**Clique aqui para
conferir a nova
versão do
questionário.**



PUBLICADO O RELATÓRIO TÉCNICO DA CERTIFICAÇÃO DA ELIMINAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DE HIV E/OU SÍFILIS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS – 2022 E 2023



Clique na imagem para acessar.

Produzido pelo DATHI, do Ministério da Saúde (MS), o relatório visa divulgar as Unidades Federativas (UFs) e os municípios brasileiros que receberam a Certificação de Eliminação e/ou Selos de Boas Práticas rumo à Eliminação da Transmissão Vertical (TV) do HIV e/ou da sífilis, no Brasil, nos anos de 2022 e 2023.

Municípios do ERJ certificados até o momento:

Certificado de eliminação do HIV :

Niterói (2022); Barra Mansa (2023);
Petrópolis (2023);

**Selo Prata de Boas Práticas Rumo à
Eliminação da TV do HIV :**

Nova Friburgo (2022), Itaboraí (2024), Volta Redonda (2024), Campos dos Goytacazes (2024) e Itaperuna (2024).

O relatório destaca que o processo de certificação reforça o compromisso do Brasil com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, além de contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da eliminação da TV como problema de saúde pública.

20 DE JANEIRO: DIA DO/A FARMACÊUTICO/A

As Gerências de IST/AIDS e de Hepatites Virais agradecem e homenageiam os/as farmacêuticos/as das equipes e as profissionais que atuam na logística de antirretrovirais (ARV) e insumos de prevenção pelo relevante trabalho nas ações de enfrentamento ao HIV/aids, ISTs e hepatites virais.

Gerência de IST/AIDS Farmacêuticos/as:



Gustavo Costa Ney



Sheila de Almeida Pereira



Elvira Maria Loureiro Colnago



Juliana Rebello Gomes

Equipe de Logística:



Karen Almeida Mello dos Anjos



Alessandra Vieira Tavares



Naildes de Souza Conceição de Almeida Oliveira

Gerência de Hepatites Virais



Farmacêuticas (da esquerda para a direita):

- Vanessa Tábata Nobrega de Oliveira
- Lorena de Souza Pereira
- Janaina Nascimento Brito Farias

As Gerências também agradecem e homenageiam os/as farmacêuticos/as atuantes nas Políticas de IST/AIDS e de Hepatites Virais em todos os **92 municípios do estado.**

Clique aqui para conhecer os/as profissionais!



2 DE JANEIRO: DIA DA/O SANITARISTA

🗨️ O trabalho em saúde coletiva, além das dimensões técnica, econômica, política e ideológica, envolve um componente ético essencial vinculado à emancipação dos seres humanos. Não se trata de um trabalho qualquer, mas de um conjunto de atividades eticamente comprometido com o seu objeto – as necessidades sociais de saúde. Este trabalho, portanto, é integralmente perpassado por valores de solidariedade, equidade, justiça e democracia. 🗨️

Jairnilson Paim

As Gerências de IST/AIDS e de Hepatites Virais agradecem e homenageiam as sanitaristas de suas equipes:

Gerência de IST/AIDS



Luiza Carneiro da
Cunha Faria



Marcella Teofilo



Amanda Dantas
Brandão



Elizabeth Borges Lemos



Sandra Lúcia
Filgueiras



Juliana Rebello Gomes

Gerência de Hepatites Virais



Julia Barcelos do
Nascimento



Raiane Freitas
de Lima

Passatempo

Relacione as colunas

(A) RENAME	() Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Regem as ações e serviços de assistência farmacêutica executados, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.
(B) Política Nacional de Medicamentos (Portaria GM/MS Nº3.916-1998)	() Regulamentado pela Portaria GM/MS nº 1.214, de 13 de junho 2012, com a finalidade de contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da Assistência Farmacêutica nas ações e nos serviços de saúde, visando a uma atenção contínua, integral, segura, responsável e humanizada.
(C) Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no SUS	() Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, é uma lista oficial de medicamentos que deve atender às necessidades de saúde prioritárias da população brasileira. É um instrumento norteador para várias ações de assistência farmacêutica no SUS.
(D) Lei Nº13.021 8 de agosto de 2014	() Garantir a segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, promover o uso racional e assegurar o acesso da população aos medicamentos essenciais.



OPINIÃO

Deseja enviar seu comentário sobre o jornal, críticas, sugestões de conteúdo?

Clique **aqui** 

Realização:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Vigilância e Atenção Primária em Saúde
Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Ambiental
Coordenação de Vigilância Epidemiológica
Gerência de IST/AIDS e Gerência de Hepatites Virais

Análise e Elaboração de Conteúdo:

Gerência de IST/AIDS e Gerência de Hepatites Virais



Gerência de Hepatites Virais:

Clarice Gdalevici – Gerente
Carlos Augusto Fernandes
Janaina Nascimento Brito Farias
Julia Barcelos do Nascimento
Lorena de Souza Pereira
Raiane Freitas de Lima
Susí Rodrigues de Sales Moraes
Vanessa Tábata Nobrega de Oliveira

Gerência de IST/AIDS :

Juliana Rebello Gomes – Gerente
Alessandra Vieira Tavares
Amanda Dantas Brandão
Ana Maria Cruz da Silva
Anete da Silva Santos
Antônio Miguel de Oliveira
Catarina Batista Valentin dos Santos
Cleide Pereira de Souza
Elizabeth Borges Lemos
Elvira Maria Loureiro Colnago
Giovana Teixeira Fernandes
Gustavo Costa Ney
Jadir Rodrigues Fagundes Neto
Karen Almeida Mello dos Anjos
Lúcia Maria Xavier de Castro
Luiza Carneiro da Cunha Faria

Marcella Martins Alves Teofilo
Monika Maria Correia Zelaya
Naildes de Souza Conceição de Almeida
Oliveira
Raquel Toste Ávila Magalhães da Mota
Sandra Lúcia Filgueiras
Sheila de Almeida Pereira
Shirlei Ferreira de Aguiar
Sidnei Nascimento Cabral
Sonia de Aragão Menezes
Tania Regina Paula Quintarelli

Organização desta edição

Amanda Dantas Brandão
Juliana Rebello Gomes

Redação, Edição e Diagramação

Amanda Dantas Brandão

Elaboração do Passatempo

Luiza Carneiro da Cunha Faria

Revisão Técnica

Clarice Gdalevici
Cristina Maria Giordamo Dias
Gabrielle Damasceno da Costa
Juliana Rebello Gomes